

Minorias discutem seus problemas na ONU

VANESSA BRASIL

Em todo o mundo crescem as ondas de violência entre as diversas minorias étnicas, ressurgem com vigor os nacionalismos, aumentam o racismo e a xenofobia, e as diferenças sócio-econômicas, cada vez maiores entre Norte e Sul, acirram ainda mais os graves problemas de convivência humana.

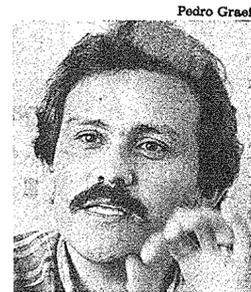
A solução para todas estas questões está longe de ser encontrada, mas os organismos internacionais estão atentos e prometem, pelo menos, debater o assunto. Um exemplo disto é que desde o dia 5 de agosto e até o próximo dia 30 a Assembléia Anual da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas (ONU) discute em Genebra (Suíça) o tema "a proteção das minorias".

Mas, o que é minoria? Pouca gente já parou para pensar nisso. Segundo o Dicionário de Aurélio Buarque de Holanda, minoria é sinônimo de "inferioridade numérica" ou a "parte menos numerosa duma corporação deliberativa, e que sustenta idéias contrárias às do maior número". Se na teoria da palavra sugere uma inferioridade em termos numéricos, na prática a realidade mostra o contrário.

Em muitos lugares a minoria é o equivalente à superioridade numérica, como é o caso dos negros na África do Sul. Nesse país os negros são chamados de "minorias", mas representam 68% da população total. Quando se discute em Genebra a "proteção das minorias", a complexidade do tema começa no próprio significado da palavra.

"O problema é o que significa minoria em termos sócio-culturais", reflete o historiador Isaias Golgher, autor do livro "A Evolução Histórica do Povo Judeu". Para ele, minoria é um grupo de pessoas cujas configurações históricas, culturais, costumes e comportamentos se diferenciam do outro grupo denominado "maioria". "Minorias são comunidades que convivem num determinado país e que continuam mantendo sua personalidade própria", define.

"Até pouco tempo atrás, a sorte de agrupamentos como os judeus, ciganos, negros ou outras raças, supostamente "inferiores" diante do racismo nazista, estavam sujeitos à arbitrariedade dos governos autoritários", explica Isaias Golgher. Segundo ele, ha-



Fábio Alves dos Santos

Funai usada pelos inimigos dos indígenas

"Na realidade, a minoria, que é a maioria, é subjugada por uma verdadeira minoria", opina Fábio Alves dos Santos, advogado da Comissão Pastoral de Direitos Humanos e ex-coordenador do Conselho Indigenista Missionário (CIMI)-Leste e Nordeste.

Fábio diz que existem situações muito específicas, como é o caso da questão indígena no Brasil: "Os índios devem ser ouvidos nas questões que lhes dizem respeito, isto está no texto constitucional. Porém, o que se percebe é que a sociedade brasileira está organizada com instrumentos sofisticados e com uma ganância pelo lucro que é de uma voracidade assustadora, e não tendo nenhum pejo de extermínio de nações inteiras de índios".

Segundo o advogado, é imperioso que o Estado entre em defesa da proteção física e cultural das nações indígenas que estão em situação técnica de inferioridade. "Nós temos armamento, máquinas e eles estão com o arco e a flecha. Por causa do nosso poderio bélico é que o índio é subjugado", lamenta Fábio.

Ele conta que o índio brasileiro, além das armas, está sendo subjugado também através do vício e da religião ou seitas religiosas: "A religião consegue cometer o etnocídio que é o extermínio cultural de um povo. São populações totalmente indefesas. A Funai é um instrumento para o extermínio dos próprios índios".

via manifestações contra estas arbitrariedades por parte de associações liberais ou mesmo de governos democráticos.

"Porém, acabava prevalecendo o conceito de soberania nacional em termos absolutos, o que tornava praticamente impotentes as forças liberais para protegerem as minorias. Os governos anti-semitas diziam-se uns aos outros: Você bate nos seus judeus, que eu vou bater nos seus. Ou seja, ninguém podia interferir na soberania do outro".

Segundo Golgher, que nasceu em 1905 na Rússia, a situação melhorou depois da Segunda

Guerra Mundial e com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) ficou consagrado o princípio do Direito do Homem, em termos universais. Atualmente, há uma movimentação em favor de políticos para se colocar em prática este princípio dos Direitos daqueles que formam uma minoria se diferenciando pela cor, religião e pela sua estrutura cultural-histórica.

"O Congresso de Genebra é em âmbito internacional, porém a luta das minorias é realmente efetuada dentro dos próprios países. Essa assembléia é muito importante no desenvolvimento em

prol do direito das minorias, mas não devemos ficar esperando que a conferência internacional proclame este direito. A prática nos está ensinando que reuniões deste tipo produzem proclamações interessantes, porém de efeito, nem tanto", argumenta o historiador.

Golgher acrescenta que o problema não é necessariamente o de "proteger" as minorias, mas reconhecer o direito destas minorias em igualdade de condições com a maioria.

O historiador observa que além do problema de minorias como a do índio e a do negro, temos outros preconceitos regio-

nais que são um produto específico da estrutura social urbana brasileira, como é o exemplo do nordestino em São Paulo.

"O nordestino, cuja contribuição para a pujança econômica do Estado é de valor inestimável, goza, no entanto, de preconceitos pejorativos. Só porque esta comunidade tem uma cultura popular própria que os diferencia dos demais. Este preconceito deve ser combatido entre nós de maneira mais rigorosa possível, porque, além dele ser injusto — eles são fatores importantes no progresso da própria São Paulo, — é intolerável numa sociedade industrializada", opina.

Anistia não se cansa de denunciar

Paulo Filgueiras



Elza de Oliveira

reintegradas à sociedade para não continuar vivendo à margem dela".

Elza diz que vê a realização da Assembléia em Genebra à distância e com uma certa expectativa no resultado. "Eles discutem a questão das minorias e as partes interessadas continuam fora da discussão. Vejo isto até com certo desencanto. Como é que se faz uma reunião deste porte e deixam as minorias de fora? Continuam resolvendo as questões aleatoriamente, fazendo o papel do Estado onde estas minorias existem".

O direito à vida é um direito consagrado e que existe no Direito Internacional como o primei-

ro dos direitos humanos garantido em todos os Códigos internacionais: "O direito à vida foi agora fixado na nova Constituição Brasileira. Então não podemos abandonar este direito, jogar na lata de lixo e colocar nas mãos do Estado mais um poder: o poder de matar".

Para Elza, neste momento, quando no mundo inteiro a tendência é a de se reduzir o poder do Estado para garantir a presença da sociedade civil, nós colocaríamos nas mãos do Estado mais um poder. "E este poder tem sido usado de que maneira?", pergunta. E responde:

"As experiências no mundo inteiro mostram o seguinte: a pena de morte não é usada contra criminosos irrecuperáveis, esturpadores etc. A pena de morte é usada contra as minorias étnicas, contra adversários políticos, como mostrou o caso recente da China, onde pessoas que pediam a liberdade estão sendo executadas até hoje".

Segundo a advogada, a pena de morte é um instrumento da luta pelo poder e um instrumento também dos preconceitos vigentes naquela cultura onde ela es-

tá sendo aplicada. "No sul dos EUA, onde o preconceito racial é muito claro, a possibilidade de um negro ser condenado à morte, em comparação com um branco, pelo mesmo crime, é oito vezes maior. Embora a população americana negra seja de 13%, nos corredores da morte é mais de 80%", ressalta Elza.

"Eu penso que aqui no Brasil, se tivéssemos a pena de morte, as vítimas seriam principalmente os negros e os pobres, porque branco e rico não vão para cadeia, quanto mais para a execução", diz a representante da Anistia Internacional.

Elza diz que, observando-se na prática a aplicação da pena de morte, nota-se que o que constantemente define quem vai ser executado e quem vai ser perdoado não é a natureza do crime, mas principalmente os antecedentes étnicos, a raça, a classe social, o poder econômico ou as aspirações políticas e religiosas do processado: "A pena de morte é aplicada, na maior parte das vezes, contra as minorias — os pobres, os desvalidos, os marginalizados — ou contra aquelas pessoas que os governos repressivos consideram oportuno eliminar".

Pastoral



Lúcia Frota e Xico de Assis trabalham na Pastoral

Minoria é o Terceiro Mundo

A Comissão Pastoral de Direitos Humanos da Arquidiocese de Belo Horizonte pertence ao Movimento Nacional de Direitos Humanos/Regional Leste 2 (Minas Gerais). A comissão tem dois anos de existência, dando atendimento às vítimas de violações de Direitos Humanos.

Segundo Lúcia Cunha Frota, secretária executiva da Comissão, as violações mais comuns observadas em Belo Horizonte estão relacionadas com a questão da terra, moradia, violência policial e problemas do direito previdenciário. Além disto, a Comissão recebe denúncias frequentes de violência contra os meninos de rua, pessoas detidas e desaparecidas.

Lúcia afirma que as minorias são a grande maioria que é discriminada em termos de bem-estar social: "O nosso salário mínimo é um dos menores do mundo. Essa grande maioria não usufrui do mínimo de bem-estar social, moradia, saúde, previdência social, formação educacional etc".

Xico Assis, assessor de Comunicação da Comissão, acredita que minoria pode ser o Terceiro Mundo inteiro. Para ele, a palavra proteção dá a impressão que um grupo vai proteger o outro: "A nossa visão é de que os próprios grupos devem buscar a solução dos seus próprios problemas". Lúcia vê com esperança a reunião em Genebra: "Nós esperamos que eles cheguem a elaborar alguma coisa pois a miséria está alarmante. Mas

creio que deveria haver uma maior participação dos grupos de minorias que estão discutindo estas questões. Nós não fomos convocados e nem tínhamos conhecimento desta reunião".

Xico acha que não adianta ficar numa posição paternalista se as pessoas interessadas não participam da discussão. "Um debate com canais de comunicação determinaria o êxito desta assembléia. De outra forma, proteção vira dependência e hoje somos cada vez mais dependentes do Grupo dos Sete".

O trabalho da Comissão Pastoral de Direitos Humanos em 1991 foi direcionado, principalmente, para a questão do estudo e orientação da "pena de morte".

A realização de um plebiscito sobre a pena de morte é o grande temor da Comissão: "Está sendo feita uma campanha de forma indireta, através dos meios de comunicação, o aumento das notícias de violência nos telejornais, a divulgação da boa atuação policial e o incremento dos filmes de violência", alerta Xico.

Segundo Xico, a realização deste plebiscito é inconstitucional, porque a defesa da vida na Constituição está no campo dos princípios constitucionais e portanto são direitos que antecedem e se sobrepõem à própria norma. "Tais direitos não são possíveis de ser submetidos à decisão da maioria, sob pena de violar os direitos das minorias", explica Fábio Alves dos Santos.

Negro é a maior vítima no Brasil

Arthur Rodrigues



Paulo Afonso Moreira

do que atinge a população africana", analisa Paulo.

O presidente em exercício da "Casa Dandara" explica que nos meios de comunicação, na família, na religião também prospera o racismo. "Existe uma tentativa de retirar dos negros a sua identidade, o seu valor cultural, de impor uma outra religião em detrimento das religiões afro-brasileiras. Tudo isto faz com que os negros procurem se tornar "brancos", símbolo do que é bom, aceitável, civilizado e superior".

Paulo acredita que as minorias precisam de proteção. "Temos notícias de violências diárias contra as minorias: o extermínio de homossexuais, as violações de túmulos judaicos, a preterição da mulher no campo profissional e o "apartheid" dos negros. Isto impli-

ca medidas de proteção para sanar tais violências. Poderia ser chamado de "preconceito positivo", por exemplo, nos EUA exis-

Minorias, no sentido social e político são aquelas pessoas que apesar de numericamente serem maioria, em termos de peso de decisão são consideradas minoria. Esta é a opinião de Paulo Afonso Moreira, presidente em exercício da "Casa Dandara".

Ele diz que o negro no Brasil sofre as mais variadas formas de violência física como, por exemplo, o extermínio de meninos e meninas de rua, que na sua maioria são da etnia negra. "Temos ainda as prisões arbitrárias, as torturas policiais e o extermínio por parte de "justiceiros", atingindo moradores em favelas e periferias, onde a maioria da população é negra. Além deste tipo de violência temos outra que é consequência do racismo e preconceito institucionaliza-